



COMO ENFRENTAR A DEFICIÊNCIA MENTAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

Marga Jolantha Rossa¹

RESUMO

O presente artigo se propõe a pensar algumas dificuldades no processo ensino/aprendizagem dos alunos com deficiência mental na inclusão escolar. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica no período de abril a junho de 2012, quando foram consultadas as bases de dados (SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde, Bireme) e referências primárias que discorrem sobre o tema. Partiu-se do pressuposto de que os professores ainda carecem de informações sobre a Deficiência Mental. Faz-se necessário refletir sobre a necessária transformação do sistema escolar, objetivando atender às necessidades e interesses desses alunos, garantindo que tenham acesso a espaços comuns e processos educacionais inclusivos que valorizem os alunos com Deficiência Mental. Desejamos que este artigo suscite a reflexão sobre o tema e incentive professores a repensarem suas práticas contribuindo para avanços na educação inclusiva.

Palavras-chave: Deficiência Mental. Educação Inclusiva. Escola. Professores.

ABSTRACT

This article proposes to think some difficulties in the teaching/learning process of students with mental disabilities in school inclusion. Therefore, a literature review in the period April to June 2012 took place, when databases were consulted (SciELO, Virtual Health Library, Bireme) and primary references that discuss the issue. It was assumed that teachers still lack information on Mental Disability. It is necessary to reflect on the necessary transformation of the school system, aiming to attend the needs and interests of these students, ensuring that they have access to spaces in common and inclusive educational processes that value the students with Mental Disabilities. We hope that this article inspires reflection on the topic and encourage teachers to reconsider their practices contributing to advances in inclusive education.

Keywords: Mental Disability. Inclusive Education. School. Teachers.

O tema escolhido – *Como enfrentar a Deficiência Mental na Educação Inclusiva* - é atual e de interesse para todas as pessoas que se interessam pela *Educação e Saúde* nos dias atuais. Pode-se dizer que sempre existiram e sempre tivemos pessoas com algum tipo de deficiência em nosso meio. No século XIX, segundo Lobo (2008), o enclausuramento foi uma das formas de afastamento dos olhares públicos. O tratamento que esses receberam da família, da escola e do Estado é que se diferencia em cada época e de sociedade para sociedade. Atualmente, escreve-se e fala-se muito em Educação Inclusiva no Brasil. A mesma

¹ Psicóloga, Especialista em Orientação Educacional e Gestão de Pessoas, Mestrado em Educação. E-mail: mjrossa@hotmail.com

sociedade que excluiu e exclui sente a necessidade de incluir. Não haveria a necessidade de incluir se não houvesse exclusão. Como incluir o que não foi excluído?

Estamos no início do terceiro milênio e a sociedade parece clamar por mudanças na educação, na saúde, na política, nos valores, enfim, por uma ética que conduza a novos horizontes com novas possibilidades. A Educação Inclusiva se apresenta como uma das formas possíveis de concretização desse aspecto. Não é possível se permanecer indiferente diante da Educação da forma como o sistema de ensino vinha se configurando até recentemente no que diz respeito às pessoas com necessidades educacionais especiais. A Educação Inclusiva se trata de um sistema de educação e ensino em que os alunos com necessidades especiais, incluindo aqueles com deficiência, possam freqüentar as escolas comuns, da rede pública ou privada, com os demais alunos sem deficiência. Esta realidade veio para desconfigurar o que estava dado como normal, rompendo com paradigmas e criando novas necessidades. A escola, que se caracteriza como sendo um espaço por excelência onde as práticas acontecem, sentiu e sente a mudança. Professores e pedagogos necessitam de novos saberes para lidar com conhecimentos que não possuem devido a uma formação profissional que não foi estruturada para atender às diferentes necessidades da Educação Especial. A Educação Inclusiva requer tempo, novos saberes e recursos diversos para que possa se efetivar de fato.

Ao refletir sobre Educação Inclusiva e a Deficiência Mental como necessidade educacional especializada, não tenho nenhuma pretensão em esgotar o tema, mas apenas introduzi-lo com algumas idéias que considero pertinente. O interesse pode ser descrito como tendo sua origem ainda na infância, ou seja, no primeiro ano do Ensino Básico quando já me deparava com um colega com esquizofrenia freqüentando a mesma série e todos na mesma sala. Este aluno, na época, não foi excluído pela escola (talvez de uma forma silenciosa, deixando-o fora do espaço escolar e com uma atitude de indiferença), mas devido à gravidade dos sintomas e falta de tratamento veio, na época, a desistir da escola. Nenhum movimento foi realizado por parte da escola auxiliando os familiares e buscando acompanhar e/ou reintroduzir o aluno novamente nas suas atividades escolares. Conforme Veiga-Neto (2000), ao falar sobre as práticas que se dão *na* e em *torno* da escola, refere que



é preciso considerar as relações entre a escola e a sociedade, além de contextualizá-la histórica, social, política, econômica e culturalmente.

A limitação humana não é justificativa para não se buscar o conhecimento quando ele existe e está ao alcance. Não basta a escola disponibilizar de um documento, respaldado pela Constituição de 1988, quando não possibilita espaços de reflexão aos professores, alunos, funcionários, família e comunidade escolar. A falta de conhecimento contribui em muito para atitudes e práticas de exclusão. A reflexão leva à processos de transformação das pessoas, grupos e sociedade. Uma escola, após estudar sobre o tema Saúde Mental, pode-se reorganizar de outra forma, a partir de um novo entendimento sobre as suas práticas e relação com o processo ensino/aprendizagem de seus alunos 'normais' e 'anormais'. Como se instituiu a anormalidade e desde quando temos esse retrato na Educação? De acordo com Lobo (2008), com a institucionalização e expansão da Psiquiatria, se fez nascer no início do século XX a criança anormal. Foucault (2008b), sobre a demarcação entre o normal e o anormal, diz o seguinte:

A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma. (FOUCAULT, 2008, p. 75)

A escola é um lugar de ensino e de aprendizagem. De um lado temos professores que ensinam e aprendem e, de outro, temos alunos que também ensinam e também aprendem. Todos os integrantes tem objetivos a serem alcançados. Os alunos vem para a escola com uma bagagem de conhecimento particular e ali este conhecimento é compartilhado e ampliado com um saber universalizado. Não só as crianças consideradas 'normais' têm direito a esse conhecimento, mas também aquelas que apresentam alguma deficiência mental. A escola tem o dever de oferecer ao aluno instrumentos que potencializem o aprender. Faz-se indispensável estimulá-lo e criar meios para que a aprendizagem se torne um exercício prazeroso e não cansativo e sem sentido. Com a Educação Inclusiva e alunos com deficiência mental, o professor necessita de formação para saber como trabalhar com os seus alunos, que metodologias e didáticas utilizar para que estes aprendam. Necessita de



sensibilidade para captar as necessidades dos alunos e organizar seus conteúdos integrando todos os aspectos. Ser professor é uma arte. Ainda mais ser professor em tempos de Educação Inclusiva sem a devida formação acadêmica. Vivemos em tempos de reestruturação do sistema de ensino. Os conhecimentos não estão dados para o professor quando se trata de trabalhar com a inclusão. A construção teórica vem se dando em um processo crescente com as experiências e vivências dos professores e trocas com outros especialistas da Saúde já atuando com a deficiência mental em escolas especializadas e comuns. É um tempo de aprendizagem, de construção, de resignificação, de se buscar o melhor caminho. Todo tem a ganhar com as mudanças que se acredita serem significativas.

Na sociedade de hoje, qual o papel da escola? Que tipo de sujeitos ela ajuda formar? Para quem e para quê? A escola visa reproduzir a sociedade como está ou ela tem consciência do seu papel transformador? O professor não pode oferecer para seu aluno o que não tem. A escola ajuda a formar a sociedade que aí está e esta é desenhada pela escola como também desenha a escola que deseja. A sociedade do capital necessita de sujeitos que produzam. O sujeito que não produz, nesta sociedade, traz prejuízo ao coletivo e, portanto, de alguma forma ele necessita estar inserido para ser reconhecido como um sujeito de valor. A escola, como instituição reguladora, social, reproduz valores éticos, estéticos e políticos. A escola é capturada por aspectos da sociedade como também captura esses aspectos. Faz-se imprescindível pensar a escola como uma instituição que está comprometida com o bem-estar da sociedade. Ela necessita de um olhar que apreende as reais necessidades da sociedade e trabalhar esses aspectos para transformação objetivando melhorar as relações, o cuidado com a evolução da tecnologia e sua influência no destino da Humanidade e da Terra, além de dar ênfase em aspectos como ética, respeito e justiça social.

A escola, além de se constituir como espaço legítimo do saber, em que seus integrantes ensinam e aprendem, é também um espaço da troca de experiências e vivências, do compartilhar, das emoções, dos sentimentos, da afetividade, enfim, da vida. Os alunos são matriculados na escola com seus corpos, não apenas as cabeças. Trazem na sua bagagem individual toda uma história com conteúdos diversos que não pode ser negligenciada. Cada um com sua singularidade. Todo aluno tem a sua forma, única, que o



constitui como ser. Essa relação única com a sua história, com a família, sociedade e com o universo e, desses com ele, é o que o distingue de todos os demais integrantes da comunidade escolar.

Existe uma tendência a estabelecer uma relação com os alunos como se todos fossem iguais. As salas de aula estão organizadas dispondo de classes e cadeiras de forma que se consiga um controle sobre a turma. A necessidade do silêncio, na maioria das vezes, quase que absoluto. O levantar a mão para conseguir a sua vez de expressar o que gostaria de compartilhar ou perguntar. Licença para sair do seu lugar. O uniforme pode ser outro aspecto que padroniza. Não seria aconselhável se pensar numa reestruturação dos espaços das salas de aula tornando-as mais propícias para a interação, cooperação e a construção do conhecimento? E, especialmente, quando temos alunos com deficiência mental incluídos?

Sabe-se que existe a necessidade de certa ordem para condução do ensino/aprendizagem, mas por que razão tantos exageros em nossas práticas? Como foram as aulas dos professores quando estes eram alunos? Eram muito diferentes das de hoje? Estamos em um novo século e um novo milênio, nossas práticas, no entanto, não sofreram grandes alterações. A inclusão, por sua vez, nesse momento da história da Educação, nos solicita com urgência repensarmos as nossas metodologias, nossas didáticas, nossos hábitos e vícios tão comuns e tão presentes em nossas práticas de ensino. É possível permanecer-se numa prática que padroniza, que não reconhece as singularidades de cada ser, suas subjetividades e dizer que se está trabalhando com a inclusão? O que é inclusão nesse contexto? Na opinião de Lopes et al. (2010):

[...] a inclusão possibilitou um exercício de aproximação e de conhecimento daqueles sujeitos que anteriormente eram afastados, segregados ou excluídos da sociedade. Ao aproximar esses sujeitos, que até então permaneciam do outro lado da fronteira, ao incluí-los na sociedade e nos processos de escolarização, está-se fazendo um exercício de torná-los observáveis, explicáveis e governáveis. (LOPES; LOCKMAN; HATTGE; KLAUS. 2010, p. 9)

Desde a Constituição de 1988, já se aponta a necessidade de um espaço para os alunos com deficiência e seu atendimento educacional especializado a esses portadores. No Artigo 208, a Constituição determina o atendimento, preferencialmente, na rede regular de ensino. Esse atendimento complementa a educação escolar e vem para melhor atender as



especificidades dos alunos com deficiência. É um direito que todo aluno com deficiência que necessitar dessa complementação tem garantido em lei. Ele não se constitui como um substitutivo do ensino ministrado na escola comum para todos os alunos. Os horários das aulas complementares não poderão coincidir com os horários das aulas da escola comum. As ações propostas para o atendimento educacional devem ser definidas de acordo com o tipo de deficiência que vai se atender, o que quer dizer que alunos com deficiência mental precisam de professores com formação básica em Pedagogia e formação específica para atuar com a deficiência. O atendimento educacional especializado não substitui as funções do professor responsável pela sala de aula das escolas comuns com alunos com deficiência incluídos.

Em relação à conceituação da doença mental nos deparamos com diversos conceitos oriundos de diferentes saberes de teorias desenvolvimentistas, de caráter sociológico e antropológico, do CID 10 (Código Internacional de Doenças, desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde), pela Psicanálise, etc. Cada uma dessas teorias tem a sua posição diante da doença mental das pessoas. Não é possível fechar um conceito e dizer que este dê conta de tudo que envolve a doença mental. A diversidade e complexidade de conceitos pela sua grande quantidade e variedade de abordagens e a manifestação dos sintomas na sua diversidade dificulta o ensino na escola comum. O desconhecimento mais profundo da doença mental traz limitações ao professor no auxílio desses alunos. A educação inclusiva como um processo recente requer novos conhecimentos do professor e se constitui também como um momento de aprendizagem tanto para a compreensão do aluno, para a relação professor/aluno e a condução das práticas pedagógicas.

Ao pensarmos a educação inclusiva faz-se imprescindível muito cuidado quanto à prescrição de diagnósticos de doença mental. Podemos perpetuar uma prática sobre a qual já se fez muitas críticas e perpetuarmos a mesma quando continuamos insistindo em diagnosticar dando classificações à pessoa. Na grande maioria dos casos, a pessoa passa a ser conhecida e chamada por letras, números e/ou nomes. Há casos em que portam uma carteirinha para identificação, mesmo que tenha uma deficiência mental leve. O próprio CID 10, ao descrever o Retardo Mental (F70-79) sugere uma definição baseada no coeficiente de



inteligência, classificando como leve, moderado ou profundo, conforme o grau de comprometimento. A partir do momento que os professores tem um documento em suas mãos que qualifica o aluno e o situa, 'fechando-o' dentro de números, pode ainda ter que tipo de expectativas em relação a esse aluno? Tendo acesso à categorização e às explicações sobre o que significam tais números, o professor poderá preparar e conduzir as suas práticas de ensino com esses alunos incluídos, fechando-lhes possibilidades de aprendizagem, de criação e interação. Não existe um diagnóstico diferencial entre o que seria doença mental e deficiência mental. Diz Lobo (2008):

[...] institucionalização refere-se, pois, à produção histórica de formas gerais que são as *instituições*, que, uma vez constituídas, produzem e reproduzem relações de força (dominação, luta e resistência) que as engendram em determinada época e que se instrumentam nos estabelecimentos e nos dispositivos de poder que as mantêm. Nesse ponto de vista, o processo de institucionalização sustenta-se nas práticas mais ou menos discursivas das separações, não apenas a exclusão do leproso ou o enclausuramento do louco, por exemplo, mas também a validação que os saberes promovem por meio das classificações, especializações e suas verdades estabelecidas'. (LOBO, 2008, 345-346)

De acordo com o MEC (2005), 'a deficiência mental não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual e nem pode ser definida por um único saber. Ela é uma interrogação e objeto de investigação para todas as áreas do conhecimento'. O desconhecimento dos integrantes da comunidade escolar em relação à doença mental contribui para gerar medo e insegurança em relação ao diferente. Para tanto, a escola tem a responsabilidade de trabalhar aspectos relacionados à doença mental para desmistificar preconceitos. A inserção de alunos com deficiência mental pede da escola o repensar de suas práticas. Na sociedade de hoje, que tipo de sujeitos a escola deseja formar e para quem e/ou para quê? Não é possível afirmar que a inclusão está se dando em um processo tranquilo nas escolas comuns. Existe uma certa resistência das instituições escolares contribuindo para aumentar e manter a discriminação. A sociedade atual exerce pressão sobre a escola, exigindo dela a preparação de sujeitos capazes, competitivos e preparados para enfrentar o mercado de trabalho. Como trabalhar esses aspectos na Educação Inclusiva?

Cada aluno, na sua singularidade, tem a sua forma de aprender e o aluno com deficiência mental constrói o seu conhecimento dentro de um tempo e ritmo que necessita ser respeitado. Esses alunos poderão nunca atingir o ideal a que se propõe a escola comum.



O aluno com deficiência necessita de um ambiente acolhedor, tranquilo, não autoritário, proporcionando a aprendizagem e evitar que os sintomas sejam reforçados e agravados. Como é o ambiente da escola inclusiva? Ela proporciona espaços de saúde para seus alunos? Há espaços de competitividade incentivados que excluem sujeitos em vez de incluir e se acredita ser um lugar de inclusão? Não estaria se reforçando a exclusão e a deficiência mental?

Trabalhar com alunos com deficiência mental se apresenta um enorme desafio, exigindo do professor muita paciência, sensibilidade e conhecimento para conseguir lidar com as diferenças e avançar no processo ensino/aprendizagem. Pelo ritmo diferenciado de aprendizagem desses alunos, o professor pode-se deparar com dificuldades e não saber ao certo como conduzir, ficando em dúvida se avança no processo de aprendizagem com os que aprenderam ou se permanece com aqueles que ainda tem dificuldades. Mesmo que esses alunos estejam incluídos numa sala de aula de uma escola comum podem, por outro lado, também estar sendo excluídos por não acompanharem o processo de ensino/aprendizagem.

A educação inclusiva pode, como aspecto negativo, contribuir para que as escolas que tem alunos com dificuldades na aprendizagem, que não se sujeitam à disciplina imposta pela escola e/ou apresentam sintomas não identificados, incluir esses alunos como alunos com deficiência mental. Pelo fato da Saúde Mental ter pertencido sempre a um campo de conhecimento, estudos e pesquisas de outras ciências (Psiquiatria, Psicologia, Psicanálise e outras), ela ainda não é de domínio da Pedagogia. Deve, portanto, a escola ter todo o cuidado para não buscar terminologias no campo desses saberes e tentar identificar alunos com comportamentos e sintomas não bem vindos na escola, nomeando-os e excluindo-os do grupo dos 'normais' para incluí-los no grupo dos 'anormais'.

Em relação às dificuldades de aprendizagem, faz-se necessário a escola investigar se os motivos não podem estar relacionados às práticas escolares, questões de currículo, ambiente escolar, aspectos familiares e/ou de ordem orgânica dos alunos com dificuldades. Verifica-se que a saúde mental é da ordem da complexidade assim como a vida escolar. Encontrar caminhos para resolução de problemas que se apresentam na escola e relacionados a aprendizagem dos alunos se constitui em uma complexidade pelas questões



envolvidas. A educação inclusiva possibilita aos alunos com deficiência a aprendizagem de forma espontânea, gradativa, de adaptação aos conteúdos escolares. Esta adaptação é dada pelos próprios alunos. A aprendizagem como um processo de auto-regulação. Os alunos incluídos vão assimilando os conhecimentos dentro de suas possibilidades e incorporam esses novos conhecimentos ao que já conhecem. Práticas escolares eficientes vão possibilitar ao aluno com deficiência a aprendizagem, respeitando suas possibilidades na diversidade, valorizando e reconhecendo essa aprendizagem.

Um professor atento às necessidades e realidade de seus alunos e, ainda mais por se tratar de alunos com deficiência mental, vai proporcionar que as atividades de um conteúdo curricular sejam desenvolvidas de várias formas possíveis pensando nos alunos e nas suas singularidades no processo de aprendizagem. As atividades podem ser proporcionadas em diferentes níveis de compreensão, envolvendo práticas de ensino com alunos com e sem deficiência, oportunizando ao aluno escolher a atividade que mais lhe interessar, não sendo a sua capacidade de desempenho já pré-definida pelo professor. Na prática cotidiana das escolas é o professor que define o conteúdo e a forma como a atividade deve ser desenvolvida, não possibilitando ao aluno partir de sua aprendizagem e escolha da forma como gostaria de desenvolver o tema proposto. Pensando a aprendizagem como processo que se distingue de aluno para aluno, o(a) professor(a) não deveria também pensar em diferentes formas de avaliação de seus alunos? Essa realidade pode demonstrar a falta de conhecimento das singularidades dos alunos e/ou falta de formação dos próprios professores para o desempenho de sua profissão.

O processo ensino/aprendizagem necessita levar em consideração que a educação inclusiva não deixa de ser um processo de cooperação entre os integrantes do grupo todo? Esse grande grupo pode ser subdividido e os alunos com deficiência poderão aderir a qualquer grupo para desenvolver suas atividades sem o risco de permanecerem somente com o grupo com deficiência. Nesse momento, faz-se necessário observar se a questão da inclusão já foi trabalhada com toda a escola para que os alunos descritos como 'normais' não excluam de seus pequenos grupos o aluno com deficiência que escolha aderir a um grupo.



A escola não pode ser um lugar monótono, mas de alegria, de criatividade, de expansão do conhecimento a partir da expressão individual e coletiva, atraente e convidativo para permanecer nele por longo período de tempo. Faz-se necessário refletir sobre o número de horas que os alunos precisam permanecer sentados e, na maioria das vezes, lhes é cobrado permanecer em silêncio para manutenção da ordem e do controle em sala de aula. São mecanismos de poder para manutenção da ordem. Este mecanismo de poder, segundo Portocarrero (2004^a), nas sociedades capitalistas, é negativo e repressivo, porém possui uma eficácia produtiva, gerindo a vida dos indivíduos e populações. Do ponto de vista da ação, consiste na produção de indivíduos e populações politicamente dóceis, economicamente úteis, saudáveis e normais, através de uma série de mecanismos como os da disciplina e da normalização. Faz-se necessário perguntar se a aprendizagem também não se dá quando existe movimento? Não se trata aqui de bagunça ou desordem, mas de um movimento potencializado pelo desejo de conhecer. Vida fala de movimento. *Viver é conhecer e conhecer é viver.*

Para conseguir desenvolver de forma mais satisfatória a inclusão escolar, os professores, sozinhos, não podem ser responsabilizados para dar conta dessa tarefa complexa que requer tempo, estudo, análise, comprometimento e conhecimento. A gestão escolar envolvendo direção, supervisão e orientação, pode acompanhar de perto todo esse processo auxiliando os professores em todos os aspectos necessários, dando-lhes instrumentos para uma educação inclusiva mais tranqüila e com menos sofrimento. A equipe gestora pode incentivar e criar meios para que o professor possa criar as melhores condições de ensino e de aprendizagem junto a seus alunos. Um professor criativo não significa ausência de limites e de regras ou deixando suas atividades num espontaneísmo que não conduz a aprendizagem nenhuma.

Os professores como também a equipe gestora deve estar atenta às necessidades dos alunos com deficiência mental. Estes podem, eventualmente, necessitar de um acompanhamento clínico. Os profissionais dos diferentes saberes (clínica, especializado e escolar) devem fazer com que as suas ações venham convergir para o desenvolvimento do aluno com deficiência. O profissional clínico não deve sobrepor o seu conhecimento sobre os



demais e sim respeitar o conhecimento de cada área, não invadindo os diferentes espaços. O diálogo entre os diferentes saberes pode propiciar novos conhecimentos e possíveis caminhos para atuação junto aos alunos com deficiência mental.

Atualmente, existem inúmeros projetos que atendem os excluídos e/ou à margem da sociedade objetivando sua inclusão na sociedade. Pode-se dizer que o Estado tem estado e está atento às questões sociais do país. De acordo com Lopes *et al*, estar excluído, até quase a última década do século XX, era ser ignorado pelo Estado. A última década do século XX e a primeira década do início do XXI, são marcadas pela ação do Estado pró-reconhecimento das condições de vida da população.

A partir da Constituição de 1988 e da LBDEN/1996 cabe à Educação Especial e a seus professores a responsabilidade de atendimento dos alunos com deficiência e acompanhar os mesmos em todos os níveis de ensino - do básico ao superior - como modalidade de ensino. Essa lei faz com que a formação acadêmica dos professores seja repensada e estes preparados para a atuação educacional especializada junto às escolas. Os professores necessitam de formação continuada para inovação de suas práticas pedagógicas cotidianas e uma melhor compreensão dessas práticas quando aplicadas aos alunos com deficiência. A formação possibilita aos professores conhecerem melhor o aluno com deficiência e tudo o que envolve a dinâmica professor/aluno, a relação com o conhecimento, a relação ensino/aprendizagem, o que implica a diferença na aprendizagem e a singularidade do aprender do aluno, a relação cotidiana do aluno na sala de aula e outros aspectos. As reflexões sobre esses assuntos contribuem para a transformação das práticas e atitudes dos professores em relação aos alunos com deficiência. É importante que os professores e pedagogos tenham espaços de troca de experiências na escola onde possam relatar as suas vivências, expectativas, dúvidas e temores gerados a partir do contato e ingresso dos alunos com deficiência mental na escola.

Vivemos em um tempo muito singular onde mudanças acontecem de forma rápida e intensa e com o crescimento da tecnologia e das ciências. A transição também é visível na Educação, onde nos deparamos com uma preocupação com os sujeitos que permaneceram por muito tempo excluídos de uma educação digna. Atualmente, temos um encontro entre



práticas inovadoras e estruturas ainda tradicionais na Educação. Já existe o diálogo, a busca de caminhos e possibilidades objetivando o processo de inclusão dos alunos com deficiência mental, de suas famílias e profissionais das diferentes áreas do saber que os acompanham. As dificuldades ainda são muitas nesse momento de avanços e de contradições no processo de inclusão. Entretanto, faz-se necessário vivenciar esta nas instituições, refletindo e acreditando em novas possibilidades, buscando novas formas de pensar e fazer Educação, onde o desejar, o criar, o amar e realizar sejam marcas visíveis para práticas pedagógicas eficientes em que crianças, adolescentes, jovens e adultos sejam reconhecidos e valorizados como seres em sua integralidade.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Educação Inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. [2ª. ed.] / Cristina Abranches Mota Batista. Maria Teresa Egler Mantoan. Brasília: MEC/SEEESP, 2006, 68 p. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf> Acesso em: 11 dez. 2011.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso ministrado no Collège de France (1977-1978). Trad. BRANDÃO, Eduardo. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. Aula do dia 25 de janeiro de 1978.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOPES, Maura Corcini; LOCKMAN, Kamila; HATTGE, Morgana Domênica; KLAUS, Viviane. Inclusão e Biopolítica. **Cadernos IHU ideias**. ano 8 no. 144. São Leopoldo: Unisinos, 2010. PORTOCARRERO, Vera. *Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem*: Dossiê Michel Foucault. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n.1, jan./jun. 2004ª. Disponível em: http://www.pgfil.uerj.br/pdf/publicacoes/portocarrero/portocarrero_04.pdf Acesso em: 05 dez. 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Educação e governamentalidade neoliberal**: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (Orgs.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p. 179 – 217.

Artigo recebido em 2 de dezembro de 2013.

Aceito em 20 de dezembro de 2013.

